



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

CONTRATO

CONTRATO N. 11/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE ARIQUEMES, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DIGITALIZAÇÃO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Senhor WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJ DIREF 75/2015.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE ARIQUEMES – ASDEFARI, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.166.235/0001-10, estabelecida na Avenida Machadinho, 3530, Setor Institucional, Ariquemes/RO, representada por seu Diretor Presidente, Senhor FERNANDO OLIVEIRA DA COSTA, brasileiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade n. 674.518 SSP/RO e do CPF/MF n. 389.037.922-20, de acordo com a representação outorgada por estatuto social.

Nesta data, as partes celebram o presente contrato, instruído nos autos do PAe-SEI n. 0001344-12.2016.4.01.8012, com fundamento na dispensa de licitação do artigo 24, inciso XX, da Lei 8.666/1993 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observados os preceitos e fundamentos da Administração Pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços continuados de digitalização nas dependências da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes, conforme especificações constantes no Projeto Básico SJRO-SECLA 2551245 e na tabela abaixo:

Item	Posto / Descrição	CBO (equiparado)	Jornada de Trabalho	Quantidade de Postos
1	Digitalizador	4121-10	6 horas diárias ou 34 horas semanais	02
Total de postos				02

§ 1º O contrato não gera vínculo empregatício entre os funcionários da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação de pessoalidade e subordinação direta entre as partes.

§ 2º O objeto será executado na sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76805-902.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total do contrato é de R\$ 85.377,12 (oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e doze centavos), correspondente ao período de 12 (doze) meses, com parcelas mensais de R\$ 7.114,76 (sete mil, cento e quatorze reais e setenta e seis centavos).

§ 1º O valor total do contrato decorre da composição de preços dos postos de serviço, conforme estabelecido a seguir (em reais):

Posto / Descrição	Local	Quantidade	Valor unitário	Valor mensal
Digitalizador	Sede da Seção Judiciária de Rondônia	02	3.557,38	7.114,76
Total global (12 meses)				85.377,12

§ 2º Nos meses de início e término do contrato, os pagamentos serão devidos nas proporções dos dias de serviço efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Natureza da Despesa 339037, Programa de Trabalho 085308, Fonte 0100000000.

Parágrafo único. A despesa para os exercícios subsequentes será alocada à conta da dotação orçamentária prevista para o atendimento da mesma finalidade, extraindo-se, para tanto, a respectiva nota de empenho.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 03/08/2016 e término em 02/08/2017.

§ 1º O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos, de forma simultânea, os seguintes requisitos:

- I - Prestação regular dos serviços;
- II - Manutenção de interesse da CONTRATANTE na realização dos serviços;
- III - Disponibilidade orçamentária para a prorrogação;
- IV - Manutenção da vantajosidade econômica do contrato para a CONTRATANTE; e
- V - Concordância expressa da CONTRATADA.

§ 2º Na análise de vantajosidade do valor do contrato, deverá ser providenciada negociação para a redução ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

§ 3º A aplicação das penalidades de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de impedimento de licitar ou contratar com a União, de suspensão de licitar e contratar com a CONTRATANTE impede a prorrogação do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

A CONTRATADA, sem prejuízo das obrigações e especificações definidas no Projeto Básico, deve:

- I - Manter, durante a vigência do contrato, as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- II - Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público ou por acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa;
- III - Respeitar as normas, instruções e procedimentos de fiscalização e controle interno da CONTRATANTE, inclusive as de acesso às dependências;
- IV - Responder pelas despesas e danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de qualquer de seus empregados, prepostos ou representantes, durante a execução deste contrato;

- V - Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada na execução do contrato e prestar os esclarecimentos solicitados, observados os prazos e formalidades exigidos para o ato;
- VI - Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- VII - Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo qualquer que seja considerado inconveniente ou inapto pela fiscalização da CONTRATANTE;
- VIII - Comunicar previamente à CONTRATANTE, para anuência, eventuais intenções de substituição dos empregados designados para a prestação do serviço;
- IX - Recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização do objeto, de acordo com a qualificação mínima exigida para os serviços, cuidando para que preencham todos os requisitos técnicos exigidos nas disposições legais, contratuais e regulamentares pertinentes;
- X - Substituir, no prazo de 90 (noventa) minutos, o empregado ausente ao serviço, qualquer que seja o motivo da ausência, sendo inadmitida a descontinuidade de ocupação do posto ou prorrogação da jornada de trabalho (dobra), cujo descumprimento configura inadimplência contratual e submete a CONTRATADA às sanções pertinentes;
- XI - Submeter à fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes do início da prestação, a relação dos empregados designados para o contrato, contendo nome completo, documento de identidade, foto 3x4, RG e CPF, a qual deverá ser imediatamente atualizada e comunicada, por ocasião de eventual substituição;
- XII - Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme, inclusive os substitutos;
- XIII - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes;
- XIV - Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
- XV - Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- XVI - Encaminhar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
- XVII - Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
- XVIII - Efetuar o pagamento de seus empregados e recolher os encargos previdenciários, sociais e trabalhistas no prazo legal, exibindo, sempre que solicitado, os comprovantes respectivos;
- XIX - Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários, sociais e trabalhistas previstos na legislação em vigor, além dos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, devendo saldá-los nos prazos consignados em lei, instrumento coletivo ou sentença normativa;
- XX - Fornecer e exigir de seus empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;
- XXI - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- XXII - Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
- XXIII - Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet; e
- XXIV - Não transferir a terceiro, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE, as obrigações assumidas neste contrato.

§ 1º Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de empregados não inclusos na relação encaminhada pela CONTRATADA.

§ 2º Os comprovantes de pagamento dos empregados deverão discriminar os rendimentos, descontos, data de recebimento e mês de referência.

§ 3º A inadimplência da CONTRATADA, no tocante às obrigações e encargos supracitados, não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, nem onerará o objeto deste contrato.

§ 4º Caso a CONTRATADA não honre com o adimplemento dos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais

concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

§ 5º No fornecimento dos uniformes e na fiscalização de seu uso pelos empregados, a CONTRATADA observará as especificações descritas no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA, sem prejuízo das obrigações e especificações definidas no Projeto Básico, deve:

- I - Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo preposto ou representante da CONTRATADA;
- II - Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço, respeitadas as normas internas de segurança e sigilo das informações;
- III - Promover a alocação inicial dos postos de serviço e os devidos ajustes quanto à rotina de execução;
- IV - Não permitir, sob qualquer justificativa, a utilização dos empregados da CONTRATADA em serviços estranhos ao objeto deste contrato ou a delegação de atribuições que não guardem correlação com as atividades contratadas;
- V - Impedir que a prestação do serviço seja realizada por terceiro estranho ao contrato;
- VI - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução do serviço, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- VII - Exercer a fiscalização do serviço, por servidor designado para esse fim;
- VIII - Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- IX - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e ou em decorrência das atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários; e
- X - Exigir da CONTRATADA o cumprimento das obrigações assumidas no contrato e a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo supervisor da Seção de Classificação e Distribuição – Secla ou por outro representante da CONTRATANTE, devidamente designado como “gestor do contrato”, permitida a assistência de terceiros.

§ 1º O acompanhamento e a fiscalização da CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais.

§ 2º O gestor do contrato registrará todas as ocorrências constatadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da CONTRATADA em solucionar as pendências registradas.

§ 3º A atestação de conformidade da prestação do serviço, para fins de pagamento, cabe ao gestor do contrato.

§ 4º Para fins de acompanhamento do adimplemento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA entregará ao gestor do contrato a documentação a seguir:

- I - Até o trigésimo dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços:
 - a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
 - c) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- II - No prazo de 10 (dez) dias, conforme solicitação da CONTRATANTE:
 - a) Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, ou outros documentos aptos a comprovar a sua regularidade fiscal e previdenciária;
 - b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês de prestação dos serviços, em que conste como

tomador do serviço a CONTRATANTE;

- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês de prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (auxílio-alimentação, vale-transporte, etc.), a que estiver obrigada por força de lei, convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;
- e) Comprovante de encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e CAGED;
- f) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei ou no Projeto Básico, se for o caso;
- g) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

III - Até 2 (dois) dias úteis antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, documento de identidade, foto 3x4, RG e CPF, devendo ser imediatamente atualizada e comunicada à CONTRATANTE, por ocasião de eventual substituição;

IV - Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de empregado: Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinada, acompanhada dos exames médicos admissionais;

V - Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços, em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de empregado durante a execução do contrato:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, devidamente homologados, quando exigível a providência;
- b) Guia de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

§ 5º As contribuições relativas aos débitos previdenciários estão abrangidas na Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

§ 6º Os documentos estabelecidos nas alíneas “a” a “c” do inciso I desta cláusula poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

§ 7º Verificadas irregularidades, inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da notificação da fiscalização da CONTRATANTE, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

§ 8º O descumprimento reiterado das disposições acima e da manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO

É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado, para a primeira repactuação, a partir da:

I - data do orçamento a que a proposta se referir, entendendo-se como tal a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

II - data de abertura das propostas, em decorrência da alteração dos custos dos insumos previstos na proposta, necessários à execução do serviço, tomando como índice de reajuste o IPCA/IBGE, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, atendido o disposto no parágrafo quinto desta Cláusula;

III - data, disposta em lei ou decreto, em que passou a vigorar a alteração no valor do transporte público municipal, quando a variação dos custos for decorrente de vale-transporte.

§ 1º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

§ 2º Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá

a preclusão do direito.

§ 3º As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, da norma que alterou o valor do transporte público municipal, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

§ 4º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 5º O pedido de repactuação somente será concedido mediante negociação entre as partes, considerando-se:

I - Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV - A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

V - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referencia, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

VI - A disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

§ 6º A repactuação será formalizada por meio de apostilamento e produzirá efeitos financeiros:

I - A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações subsequentes; ou

III - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 7º A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos pleiteada.

§ 8º A CONTRATADA deve repassar os reajustes salariais e benefícios complementares aos seus empregados a partir da data-base disposta no acordo, convenção ou sentença normativa, ainda que a repactuação se efetive em data posterior.

§ 9º A decisão sobre o pedido de repactuação será providenciada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de protocolo da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, suspendendo-se a contagem do prazo na hipótese de pendência no cumprimento de ato ou na apresentação da documentação solicitada pela CONTRATANTE.

§ 10 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

A CONTRATADA entregará à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, a nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento.

§ 1º O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da atestação da nota fiscal/fatura e da entrega dos documentos constantes no inciso I do § 4º da cláusula oitava.

§ 2º A atestação da nota fiscal/fatura referente à prestação do serviço caberá ao gestor do contrato ou a outro servidor designado pela CONTRATANTE para esse fim.

§ 3º No caso de notas fiscais/faturas emitidas ou entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada no *caput* desta cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos encargos moratórios decorrentes, sem prejuízo da multa correspondente.

§ 4º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de quitação qualquer obrigação financeira e/ou contratual, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos moratórios.

§ 5º A pendência reiterada com relação aos documentos exigidos no inciso I do § 4º da cláusula oitava, ou o não

atendimento de sua regularização no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de quitação dos encargos trabalhistas, previdenciárias e demais tributos.

§ 6º O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e das relativas ao FGTS enseja o pagamento em juízo dos valores em débito, e a inadimplência com a seguridade social conduz à rescisão contratual, na forma do § 3º do artigo 195 da Constituição Federal, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das cominações legais e contratuais aplicáveis.

§ 7º A CONTRATANTE está autorizada a deduzir da nota fiscal/fatura os valores necessários para a realização dos depósitos referentes ao pagamento de salários, contribuições e outros benefícios previstos em lei, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa diretamente aos empregados da CONTRATADA designados para a presente prestação de serviço, quando não honrados tempestivamente, independentemente da sanção por atraso.

§ 8º A CONTRATANTE poderá deduzir, ainda, os valores correspondentes a multa ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato, ou glosar os valores referentes a serviços não executados ou executados em desconformidade com as especificações contratadas.

§ 9º No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples, calculado pela seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Índice de compensação financeira, sendo: $I = (TX / 100) / 365 = (0,06) / 365 = 0,00016438$

VP = Valor da prestação em atraso

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTA VINCULADA

Serão retidas do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA as rubricas de encargos trabalhistas referentes a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, conforme Resolução CNJ 169/2013 e Instrução Normativa CJF 01/2013, e de acordo com os percentuais e condições discriminados nesta cláusula.

§ 1º O valor mensal provisionado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:

I - Férias;

II - 1/3 constitucional;

III - 13º salário;

IV - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

V - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

§ 2º Os valores mensais provisionados serão depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da CONTRATADA na agência 0830 da Caixa Econômica Federal (PAB Justiça Federal Porto Velho), unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem da CONTRATANTE.

§ 3º Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta serão suportadas pela CONTRATADA, os valores correspondentes deverão ser retidos do seu pagamento mensal, para depósito na própria conta vinculada, caso o banco promova o desconto diretamente na conta.

§ 4º A CONTRATANTE oficiará o banco para abertura da conta-depósito vinculada em nome da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

§ 5º A CONTRATADA terá prazo de 20 (vinte) dias consecutivos, contado da assinatura do contrato, para entregar a documentação necessária à abertura da conta-depósito vinculada e para assinar termo específico do banco que permita à CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos da conta e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.

§ 6º Os recursos depositados na conta vinculada serão aplicados automaticamente pela instituição bancária em conta poupança para pessoa jurídica, remunerada mensalmente pelo índice da caderneta de poupança.

§ 7º Durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá solicitar autorização da CONTRATANTE para:

I - Resgatar os valores despendidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias provisionadas na conta vinculada, desde que referente aos empregados comprovadamente em atividade nas dependências da CONTRATANTE, e apresentados os seguintes documentos:

- a) Nos fatos ocorridos durante a vigência do contrato de trabalho: comprovante de férias (aviso e recibo) e folha de pagamento do 13º salário, com os respectivos comprovantes de depósito na conta do empregado;
- b) Na rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão do contrato de trabalho – TRCT, homologado pelo sindicato da categoria e acompanhado do comprovante de depósito das verbas rescisórias na conta do empregado, além dos comprovantes de depósito do INSS, FGTS e da multa respectiva, se for o caso, observado o disposto no artigo 477 da CLT e da Portaria MTPS 1.057/2012;
- c) Na rescisão contratual deste instrumento, sem dispensa dos empregados: declaração da CONTRATADA acerca da continuidade na prestação de serviços dos empregados após o término do presente contrato, acompanhada dos comprovantes de regularidade dos depósitos do INSS e FGTS.

II - Movimentar os valores das verbas trabalhistas e previdenciárias provisionados na conta vinculada para pagamento direto na conta dos empregados comprovadamente em atividade nas dependências da CONTRATANTE, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nos fatos ocorridos durante a vigência do contrato de trabalho: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) Na rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão do contrato de trabalho – TRCT, homologado pelo sindicato da categoria e acompanhado da guia de recolhimento do FGTS e da multa respectiva – GRF;
- c) Na rescisão contratual deste instrumento, sem dispensa dos empregados: declaração da CONTRATADA acerca da continuidade na prestação de serviços dos empregados após o término do presente contrato, acompanhada dos comprovantes de regularidade dos depósitos do INSS e FGTS.

§ 8º Na hipótese descrita no inciso II do § 7º desta cláusula, a CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de quitação das verbas devidas, no prazo de 10 (dez) dias, contado do pagamento ou homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria MTPS 1.057/2012.

§ 9º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, CONTRATANTE solicitará ao banco que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de transferência dos valores para a conta dos empregados, apresente os respectivos comprovantes de depósito.

§ 10 A solicitação da CONTRATADA deverá conter, além da documentação estabelecida no § 7º, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta vinculada, nas proporções retidas para cada empregado durante a vigência do contrato.

§ 11 Inexistindo pendência ou irregularidade, a CONTRATANTE autorizará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento da documentação, o resgate ou a movimentação dos recursos da conta vinculada.

§ 12 Verificada a existência de pendência ou irregularidade, será exigida pela CONTRATANTE a complementação ou correção da documentação, ficando suspenso o prazo para autorização do resgate ou da movimentação dos recursos.

§ 13 As retenções a serem efetuadas em razão deste contrato obedecerão aos seguintes parâmetros:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre a nota fiscal				
Título	Variação RAT ajustado de 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simplex	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Grupo A do Item III da Planilha de Custos e Formação de Preços (submódulo 4.1 do Anexo III da IN MPOG 02/2008)	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A*	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Total a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78

* A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e abono constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da CONTRATADA

§ 14 A fim de cumprir o disposto no artigo 147 da CLT e parágrafo único do artigo 1º do Decreto 57.155/1965, será retida integralmente a parcela relativa às férias e 13º salário proporcionais quando a prestação de serviços, no mês de

referência, for igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 15 A CONTRATADA recomporá os saldos da conta vinculada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação pela CONTRATANTE, nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valores, sob pena de glosa do valor no pagamento(s) subsequente(s) a determinação judicial, além da aplicação das sanções legais e contratuais.

§ 16 O saldo remanescente da conta vinculada, relativo às rubricas provisionadas, será liberado à CONTRATADA após a comprovação de pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias.

§ 17 Eventuais saldos da conta vinculada, nos casos em que não houver rescisão do contrato entre a CONTRATADA e o empregado, permanecerão na conta por até 5 (cinco) anos, após o término do contrato com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES AO NEPOTISMO

Em virtude do disposto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal e no artigo 2º da Resolução CNJ 07/2005, alterada pela Resolução CNJ 229/2016, fica vedada:

- a) a contratação de entidade da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou juízes vinculados à Seção Judiciária de Rondônia, ou servidor investido em cargos de direção e de assessoramento;
- b) a designação de prestador cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de juízes vinculados à Seção Judiciária de Rondônia, ou de servidores ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, nos casos de falha na execução do contrato, descumprimento de obrigação contratual ou inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- III - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º A falha na execução do contrato ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato e estará configurada quando a CONTRATADA recusar-se a executar o serviço, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, ou cumular o total de 25 (vinte e cinco) pontos nas situações previstas no parágrafo subsequente, respeitado o nível de graduação estabelecido abaixo:

Grau da infração	Pontos da infração	Multa
1	1	0,05%
2	2	0,1%
3	3	0,15%
4	4	0,25%
5	6	0,5%
6	8	1,5%
7	10	3,5%

§ 2º Pelo descumprimento de obrigação contratual por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE aplicará multa sobre o valor mensal do contrato, até o limite estabelecido no inciso II do *caput*, nas seguintes hipóteses e condições:

Item	Descrição	Multa	Incidência
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	0,05%	Por empregado e por dia

2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	0,15%	Por empregado e por dia
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	0,25%	Por ocorrência
4	Atrasar o início ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	1,5%	Por posto e por dia
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	0,25%	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	0,25%	Por ocorrência
7	Recusar-se a cumprir, no prazo contratual ou determinado, sem justo motivo, ordem, recomendação ou instrução complementar da fiscalização da CONTRATANTE, salvo se não vinculada ao objeto do contrato.	0,5%	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3,5%	Por ocorrência
9	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer materiais ou equipamentos previstos em contrato, sem autorização prévia.	0,15%	Por item e por ocorrência
10	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente ou substituí-los, temporaria ou permanentemente, sem a prévia anuência da CONTRATANTE.	0,5%	Por empregado e por ocorrência
11	Reiterar, por mais de uma vez, no período de 12 (doze) meses, o atraso no pagamento de salário, vale transporte, vale refeição, seguro, encargos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, bem como das despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, sem prejuízo da multa por atraso.	3,5%	Por ocorrência
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:			
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	0,05%	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	0,25%	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	0,25%	Por item e por ocorrência
15	Efetuar a reposição de funcionários faltosos ou ausentes.	0,5%	Por empregado e por dia
16	Efetuar o pagamento ou fornecimento de salário, vale transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários ou outros benefícios, nas condições ou prazos devidos, bem como deixar de arcar com as despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato, nas formas ou datas avençadas.	0,15%	Por empregado e por dia
17	Fornecer ou substituir os uniformes e insumos necessários à execução dos serviços, contrariando os prazos ou condições determinadas no contrato e no projeto básico.	0,15%	Por empregado e por dia
18	Apresentar, no prazo solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE, ou apresentar incompleta a documentação de que tratam o § 4º, II, e o § 8º da cláusula oitava.	0,05%	Por item e por dia
19	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no § 4º, I, da cláusula oitava.	0,05%	Por item e por dia
20	Apresentar a nota fiscal do serviço no prazo estipulado no <i>caput</i> da cláusula nona.	0,05%	Por dia
21	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	0,05%	Por ocorrência e por dia
22	Entregar a documentação necessária para a abertura da conta-depósito vinculada e para assinatura do termo específico do banco no prazo estabelecido no § 5º da cláusula décima segunda.	0,15%	Por dia

23	Executar obrigação contratual ou prevista em lei, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, para a qual não se comine outra sanção de multa, quando referente a dia.	0,1%	Por dia
24	Executar obrigação contratual ou prevista em lei, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, para a qual não se comine outra sanção de multa, quando referente a hora.	0,1%	Por hora

§ 3º No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

§ 4º As sanções previstas no *caput*, com exceção da multa, serão aplicadas pela CONTRATANTE nos seguintes termos:

I - Advertência: sempre que observadas irregularidades de pequena monta, entendidas como as infrações de grau 1 a 5;

II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos: em casos de faltas ou falhas de natureza grave, entendidas estas como as infrações de grau 6 a 7;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública: enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

§ 5º A multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente às demais cominações estabelecidas nesta cláusula.

§ 6º O valor da multa será descontado da garantia contratual e, caso insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, podendo ser cobrada judicialmente.

§ 7º Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em dívida ativa.

§ 8º Em garantia ao contraditório e à ampla defesa, na aplicação de qualquer sanção, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/1993.

§ 1º No caso de rescisão por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

§ 2º No procedimento que visa à rescisão do contrato, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente contrato fundamenta-se na Lei 8.666/1993, no Decreto 2.271/1997, na Resolução CNJ 169/2013, nas Instruções Normativas CJF 01/2013 e SLTI/MPOG 02/2008 e demais normas pertinentes, e vincula-se, independentemente de transcrição, ao Projeto Básico SJRO-SECLA 2551245 e demais documentos constantes no PAe-SEI n. 0001344-12.2016.4.01.8012, bem como à proposta da CONTRATADA (2583145).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 1 (uma) via digital e para uma única finalidade de direito, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelos representantes das partes, para que surtam seus efeitos legais.

WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE

Diretor da Secretaria Administrativa
Pela Contratante

FERNANDO OLIVEIRA DA COSTA

Diretor Presidente
Pela Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Waldirney Guimaraes de Rezende, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 03/08/2016, às 18:54 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Oliveira da Costa, Usuário Externo**, em 03/08/2016, às 19:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portalf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **2568520** e o código CRC **FB11883C**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - <http://portal.trf1.jus.br/sjro/>

0001701-89.2016.4.01.8012

2568520v5